



Bloco de Esquerda  
*Grupo Parlamentar*

Exmo Senhor Presidente da Comissão  
de  
Cultura, Comunicação Juventude e  
Desporto  
Deputado Luís Graça

S. Bento, 07 de junho de 2022

**Assunto:** Audição da Diretora-Geral do GEPAC, Fernanda Soares Heitor sobre o Programa Garantir Cultura.

O Programa Garantir Cultura foi criado pelo governo para “mitigar os impactos da crise pandémica no setor cultural e estimular a gradual retoma da sua atividade”. Trata-se de um apoio a fundo perdido e universal, não sujeito a concurso, destinado quer a entidades artísticas singulares que prossigam atividades de natureza não comercial, quer ao tecido empresarial do setor cultural e artístico.

O subprograma destinado a entidades artísticas não comerciais é financiado pelo Fundo de Fomento Cultural e apoia pessoas singulares (incluindo empresários em nome individual em regime simplificado) até 10 mil euros e pessoas coletivas até 40 mil euros. O subprograma destinado ao tecido empresarial do setor cultural e artístico é financiado por fundos europeus através do COMPETE 2020 - Programa Temático Competitividade e Internacionalização e apoia microempresas (incluindo empresários em nome individual com contabilidade organizada) até 50 mil euros, pequenas empresas até 75 mil euros, médias empresas até 100 mil euros.

As regras iniciais do financiamento prestavam-se a muitas dúvidas, pelo que, a requerimento do Bloco de Esquerda, a Diretora Geral do Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais (GEPAC) foi recebida pela Comissão de Cultura em audição sobre o Programa Garantir Cultura a 06 de Outubro de 2021.

Entretanto, surgiram outros problemas. A primeira tranche dos apoios, correspondente a 50%, foi entregue às entidades na sequência da assinatura dos protocolos, estando previsto o pagamento dos restantes 50% até 30 dias úteis após a entrega do relatório de execução do projeto, sendo que no caso dos apoios ao setor empresarial a segunda parte é recebida faseadamente (35% mais 15%). Porém, os atrasos da segunda tranche têm vindo a acumular-se.

As queixas mais frequentes recebidas pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda são em relação ao subprograma destinado a entidades não comerciais, que é gerido pelo GEPAC. A plataforma online começou por falhar, impedindo as entidades de submeter as faturas e os relatórios por essa via. Posteriormente, foi-lhes dada a indicação para enviarem os documentos por e-mail. Largamente ultrapassados os 30 dias úteis, são várias as queixas de que a resposta aos e-mails e telefonemas, quando existe, é de que os documentos se encontram “em fase de verificação”.

A Provedoria de Justiça recebeu dezenas de queixas devido a estes atrasos, conforme foi noticiado no dia 27 de janeiro, nomeadamente pelo Público e pela Agência Lusa. Nessa altura, o GEPAC declarou que se tratava de atrasos pontuais e de curta duração. Entretanto, apesar de parte dos casos terem sido entretanto resolvidos, houve entidades, com documentos entregues, que continuaram durante meses à espera da segunda tranche.

Ouvir a Diretora Geral do Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais (GEPAC) é do maior interesse para o trabalho da Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto.

*Assim, ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda requer a audição da Diretora Geral do Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais (GEPAC), Fernanda Soares Heitor.*

A Deputada do Bloco de Esquerda,

**Joana Mortágua**